

3º Encontro da Região Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia:
Amazônia e Sociologia: fronteiras do século XXI
Grupo de Trabalho 06 – Democracia, Violência e Conflitos Sociais

Polícia, Masculinidade e Violência

Jonas Henrique de Oliveira (UESPI)
E-mail: jonashenri@yahoo.com.br

Manaus
26, 27 e 28 de Setembro de 2012

Polícia, Masculinidade e Violência

Jonas Henrique de Oliveira

Resumo:

Este trabalho aborda a relação entre masculinidade e violência a partir das práticas dos policiais militares inseridos em diferentes batalhões de Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro. O trabalho é fruto de um trabalho de campo no qual procurei compreender as lógicas através das quais os policiais organizam sua visão de mundo e orientam suas práticas de policiamento. Deste modo, foi possível compreender que a masculinidade tanto pode orientar ações violentas praticadas pelos policiais quanto separar simbolicamente o universo masculino e feminino. De certo modo, esse trabalho contribui para a compreensão dos alicerces sociais nos quais os policiais constroem suas visões de mundo, elaboram suas práticas e utilizam a violência legítima a eles outorgada pelo Estado.

1. INTRODUÇÃO:

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro é conhecida por suas ações violentas. Entretanto, de acordo com os policiais a violência é um meio necessário para controlar a violência que encontra-se disseminada na sociedade. Aos policiais cabe a iniciativa de manter as coisas em ordem. Muitas das ações policiais revelam que estes fazem uma “ação seletiva da realidade” e a partir desta estabelecem o tipo de ação que irão realizar. Os policiais interpretam a realidade de acordo com os seus próprios interesses e isso faz com que eles criem diferentes justificativas sobre suas ações.

Um ponto que parece ser comum à violência é o fato de que na maior parte dos casos, a figura masculina se encontra envolvida. No Brasil, os dados sobre violência no trânsito, homicídios, brigas de torcidas etc. revelam que o homem é o que mais mata e o que mais morre. Apesar do aumento na participação feminina em casos de violência, os homens são predominantemente os que mais se envolvem em práticas violentas. Obviamente, a compreensão deste fenômeno passa pela compreensão do conceito de cultura no sentido antropológico. Devemos perguntar quais valores são transmitidos aos homens e como estes contribuem para práticas violentas citadas anteriormente.

Contudo, apenas detectar que os homens estão mais envolvidos em práticas violentas não contribui muito para explicar a violência em suas múltiplas faces. É preciso mais um passo. É importante problematizar de que violência está se falando; Compreender os mecanismos sociais que estão por trás da violência, assim como que valores contribuem para que ações violentas possam emergir das relações sociais, etc.

Talvez fosse mais apropriado pensar a violência não se uma maneira singular, mas de violências, no plural, para revelarmos o conjunto de práticas que este termo abriga. Isso é importante porque demonstra que esse fenômeno não deve ser compreendido de maneira única. A violência é uma categoria polissêmica e, por isso mesmo, possibilita diferentes possibilidades de interpretação.

O meu interesse é compreender as práticas violentas de um grupo de homens que atuam na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Acredito que os policiais militares podem fornecer bons elementos para compreendermos violências socialmente difundidas.

Os policiais podem ser alvos ou autores de violência. Todavia, representam o Estado e, por isso, podem fazer uso da violência para a manutenção da ordem sem que sejam punidos, a priori, por isto.

O conceito de masculinidade, que muito recentemente passou a ser analisado com maior ênfase nas ciências sociais, pode fornecer um conjunto de possibilidades para compreendermos melhor as práticas violentas dos policiais. Cabe salientar que os policiais entrevistados não percebiam suas práticas como violentas. Em suas narrativas a violência disseminada na sociedade se deve aos traficantes que atuam na cidade através do tráfico e aos usuários que, com o consumo das drogas, financiam o tráfico.

Por outro lado, o conceito de masculinidade também ajuda a compreender situações comuns que ocorrem no dia-a-dia dos policiais. Um exemplo disso é a maneira como as policiais são tratadas pelos seus pares do sexo masculino. De certo modo, é possível afirmar que as policiais ocupam posições invisíveis dentro da corporação e, de acordo com alguns entrevistados, as policiais não deveriam realizar o policiamento ostensivo, pois além de se protegerem, os policiais masculinos deveriam proteger suas companheiras do sexo oposto. De certo modo, os entrevistados revelaram que a noção da mulher como sexo frágil é muito forte entre eles.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA POLICIAL

A Polícia Militar opera com diferentes significados associados à violência¹, poder e hierarquia. Os “assuntos de polícia” estão na ordem do debate atual sobre o papel da polícia, sobre a eficácia dos mecanismos de controle empregados, assim como a importância da polícia para a manutenção da ordem. Nesse sentido, é possível afirmar que os policiais interpretam a ordem tendo como referência representações sociais construídas a partir dos mais diversos elementos que vão desde uma percepção particular da violência até um modelo de ordem que tem a hierarquia militar como modelo.

Ao longo das décadas a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro foi alvo de duras críticas em relação a sua atuação e isso contribuiu para desgastar a visão da sociedade sobre as práticas policiais. Existe uma desconfiança generalizada em relação à atuação policial e essa desconfiança contribui para ampliação da separação entre a polícia e a sociedade. Em meio a esse processo de “desconfiança” muitos indivíduos se surpreendem com o fato de a Polícia ter atendido prontamente ao chamado e por terem sido educados nas ocorrências em que a sua presença foi requisitada. Cabe salientar, que a polícia é uma das instituições que menos possuem confiança na sociedade comparada em alguns momentos à desconfiança que as pessoas têm em relação aos políticos. Paes Machado e Noronha (2002) analisando a atuação dos policiais militares na periferia de Salvador observam que:

Entre as duas polícias, os moradores demonstram mais simpatia pela civil. A PM é vista com mais desconfiança pelo método mais padronizado de trabalho, pela maior impessoalidade e uso ostensivo da força em operações “pesadas”. Os PMs usam farda e corte de cabelo militar, exibem armas pesadas, andam em bandos e se deslocam em carros oficiais. São descritos ora como arrogantes, quando fazem demonstração de força e desrespeitam os habitantes, ora como ineptos, por não serem capazes de reconhecer e tomar medidas enérgicas contra os marginais.

¹ Desde já, cabe esclarecer que estou me referindo a violência física, psicológica e simbólica. Nesse sentido, busco compreender a violência como uma categoria nativa que emerge do discurso policial.

A violência policial é um problema social que preocupa a todos os brasileiros, independente de classe social, do gênero, da cor, do local de moradia ou mesmo da faixa etária. A Polícia Militar contribui significativamente para o aumento ou decréscimo da violência, dependendo da utilização política desta pelo governador, podemos perceber um aumento ou decréscimo da violência letal. Cano (2006) observa que:

Em geral, as políticas estaduais de segurança – se é que podem receber este nome sem planejamento, objetivos e avaliação – são basicamente reativas e baseadas na repressão, mais do que na prevenção. Com frequência, os governos reagem diante dos casos com repercussão pública, particularmente os que se destacam na imprensa, para dar uma resposta de curto prazo. Quando o caso perde visibilidade, as medidas iniciais se desvanecem. A imprensa, neste sentido, desfruta de um grande poder para orientar as medidas dos órgãos públicos. As intervenções raramente são planejadas com base em objetivos específicos.

Nesse sentido, a masculinidade contribui para uma melhor compreensão de uma lógica coletiva de pensamento que está presente na corporação policial. Esse processo não começa na Polícia Militar, pois está presente desde o início da socialização masculina. Todavia, a instituição policial pode ampliar esse etos masculino ou a lógica da guerra e contribuir para a propagação de mais um estilo de masculinidade comum na atualidade.

Nos discursos propagados pela mídia é comum à idéia que existe uma natureza violenta em certos grupos sociais. Essa questão surge normalmente associada a grupos marginalizados como funkeiros, praticantes de jiu-jitsu², roqueiros, dentre outros. Os policiais também são considerados violentos, contudo entre eles a violência é, dependendo do grupo social a qual essa violência atinge, tolerada e, em alguns casos, desejada. De certo modo, a mídia propaga uma essencialização da violência policial, como se todos os policiais fossem violentos ou mesmo por serem violentos buscam essa profissão para exercerem a violência de forma legítima. Há uma crença social que somente os homens podem resolver a violência que se generaliza pela sociedade.

² Refiro-me aos integrantes que se envolvem em brigas em boates ou nas ruas dos grandes centros urbanos.

A violência pode e comumente é percebida e utilizada de maneira extremamente variada dependendo do indivíduo ou grupo que a aciona. Assim, um jovem pode considerar uma violência muito grande o fato de ter sido abordado por uma viatura policial somente porque transita sozinho de madrugada e próximo a áreas socialmente marginalizadas. Por outro lado, para os policiais acreditam que são os traficantes de armas e drogas que disseminam a violência na sociedade.

A violência policial ficou mais evidente no Rio de Janeiro a partir de alguns episódios que a sociedade brasileira dificilmente irá se esquecer. Estou me referindo às chacinas de Vigário Geral e da Candelária que ganharam uma visibilidade enorme nos meios de comunicação e revelaram a participação de grupos de extermínio que atuam na cidade do Rio de Janeiro e que conta com a participação de policiais militares e civis.

A Polícia Militar é uma instituição que é correntemente associada a práticas violentas e repressoras. Os policiais militares despertam sentimentos das mais variadas ordens. Ora são vistos como “pessoas não confiáveis” pela população em geral e são acionados quando realmente as pessoas não têm mais a quem recorrer. É claro que esse distanciamento da sociedade e da polícia se deve a uma experiência empírica que norteia as representações associadas à Polícia e aos policiais que foram alimentadas por muitos anos.

Muitos policiais não têm a menor idéia de qual atitude tomar diante dos fatos com os quais lidam. Nesses casos, é comum que eles solicitem informações aos seus pares mais velhos e experientes para que em conjunto elaborem uma melhor maneira de resolver a situação. Isso é importante para formar um padrão de comportamento comum a partir do qual este se tornará um referencial caso essa ocorrência se apresente novamente. Assim, muito do que se aprende e se ensina na polícia é formado com base em um saber adquirido na e a partir da prática nas ruas.

No Rio de Janeiro, os policiais são vistos sempre com desconfiança por parte significativa da população mesmo que essa desconfiança não tenha nenhum apoio em dados quantitativos. Assim, se um policial faz algo que não condiz com o padrão ou com a conduta que se espera dele, toda a imagem da polícia é contaminada. Esse pensamento é dominante entre os policiais.

Comumente eles se queixam que as suas boas ações são rapidamente esquecidas e o que fica são as más ações de poucos policiais. As boas ações dos policiais são rapidamente esquecidas e o que fica no imaginário coletivo são ações onde os policiais são vistos como pessoas que abusam do poder, que se privilegiam do “poder de polícia”,

achacam as pessoas etc. Não estou propondo que isso não aconteça na realidade, mas a questão é separarmos ações concretas dos fatos virtuais criados pela desconfiança da população em relação ao trabalho policial.

Algo que procurei observar ao longo dos anos foi a diferença entre um policial militar e um cidadão comum ou civil como os policiais militares comumente chamam as pessoas que não são militares. Quais fatores separam os militares dos civis, quais são os pontos de convergência e de divergência? É possível identificar um policial militar ou um civil somente através da aparência? Em vários momentos que observei os grupos de policiais à paisana, em nada diferia esse grupo dos tantos outros que circulam pela cidade tais como os fisiculturistas, os pitboys, os lutadores de artes marciais, etc. Se estes permanecessem quietos seria impossível diferenciá-los de qualquer cidadão que transita pelas ruas da cidade. Se a observação pura e simples não elucida o significado da experiência de ser policial, teremos que recorrer a outras formas de compreender esse grupo essencialmente *sui generis*.

Apesar de não ser fácil identificar os policiais através da pura e simples observação, sobretudo aqueles que disfarçam as suas identidades, existe um grupo de policiais que não disfarçam suas identidades e, assim, é mais fácil identificá-los. Neste caso, a identificação através da aparência se torna mais simples, pois compartilham símbolos de poder e prestígio como cordões de ouro e prata, pulseiras de ouro, anéis, além de aparelhos de rádio para que possam ser localizados ou localizar alguém a qualquer momento.

O mais curioso é que esses objetos estão ali para serem mostrados, enquanto a maior parte da população busca esconder esses objetos de valor. Normalmente os policiais estão vestidos com roupas que “mostram as formas”, sobretudo aqueles que têm formas para mostrar. O corpo nesse contexto ganha um significado todo especial, já que manter a forma é fundamental para os policiais que estão lutando contra a criminalidade em seu cotidiano de trabalho. Assim como os objetos, o corpo contribui para manter ou aumentar o prestígio dos policiais dentro e fora dos batalhões de polícia. O policial que está em forma recebe mais admiração dos seus parceiros do que aqueles que estão fora de forma.

Para muitos é importante portar objetos que buscam transmitir certos símbolos de prestígio e poder e masculinidade como cordões, pulseiras e anéis. Nesse sentido, é através desses penduricalhos que as sutilezas da identidade policial começam a se apresentar de maneira mais clara. Curiosamente, muitos desses símbolos comuns aos

policiais também importantes na construção da identidade de muitos traficantes que vivem de atividades criminosas e que são objetos de combate da polícia.

O mesmo ocorre com grupos estigmatizados para os quais a utilização de certos penduricalhos se torna marcante na construção de suas identidades, com é o caso dos sambistas, funkeiros e dos rappers. É muito comum um sambista portar cordões de ouro no pescoço ou anéis de ouro nos dedos para demonstrar uma posição social diferenciada. Nesse sentido, é possível afirmar que homens de diferentes grupos apresentam sua masculinidade através dos objetos que portam? A demonstração de poder econômico é um fator importante no processo de construção das identidades dos grupos? Os objetos utilizados pelos grupos são importantes na compreensão das identidades sociais dos grupos, sejam policiais, jovens, traficantes, rappers, funkeiros, pitboys?

3. MASCULINIDADE EM QUESTÃO

Podemos dizer que os policiais compartilham uma lógica particular comum ao universo daqueles que trabalham mais diretamente no combate a violência urbana na cidade do Rio de Janeiro. Muitas de suas ações estão ancoradas na construção da masculinidade. A dominação é um aspecto comum às ações dos grupos policiais. Não estou me referindo a uma dominação qualquer, mas a uma dominação masculina que amplia sobre a cidade, as pessoas, enfim, sobre a sociedade em geral, um olhar masculino que impõe uma dominação não com base exclusivamente na classe social dos indivíduos, mas com base nas relações de gênero.

Os cientistas sociais não chegaram a um consenso quando se trata de definir o conceito de masculinidade. Para muitos, a masculinidade pode ser compreendida a partir da noção de papéis sociais, ou seja, ser homem ou mulher seria apenas papéis que os indivíduos foram ensinados a desempenhar. Outros tratam a masculinidade como categoria oposta à feminilidade e assim associam a masculinidade como tudo aquilo que trata dos “machos” em oposição à feminilidade que seria aquilo que trata das “fêmeas”. Outros ainda abordam a masculinidade como um fenômeno em crise, pois na história da humanidade nunca os homens tiveram tanto que justificar quanto nesses períodos de pós-modernidade.

Connell (1995:188) definiu masculinidade como: “uma configuração de práticas em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe,

normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar em “masculinidades”. Existe um perigo, nesse uso, de que possamos pensar no gênero simplesmente como um *pout-pourri* de identidades e estilos de vida relacionados ao consumo. Por isso, é importante sempre lembrar as relações de poder que estão aí envolvidas”.

A masculinidade produz seus efeitos também sobre os corpos e as representações dos corpos que os policiais compartilham. O corpo é objeto demonstração de poder entre os policiais. Poder este que se cria nas relações cotidianas entre os policiais e a sociedade. Em muitos casos, o corpo está associado às noções de virilidade, agilidade, força, poder e masculinidade. É justamente por isso que ele precisa ser construído. Muitos policiais que entrevistei tinham uma preocupação enorme com o corpo e por isso mesmo faziam questão de freqüentar diariamente as academias de ginástica. Muitos chegaram a relatar que tomavam anabolizantes para ter um corpo ideal. **Verificar o sentido dos parágrafos**

Se eles pretender ter um “corpo ideal” isso significa que consideram o corpo “defeituoso”, pois só se busca um ideal quando não nos conformamos com o que possuímos. Aliás, essa característica de “insatisfação plena com o corpo” não é uma característica restrita aos policiais, mas atingem toda a sociedade carioca. Existe no imaginário carioca que o corpo deve buscar sempre um ideal de beleza, mas esse ideal é uma construção que leva a uma concepção de beleza jovem. O corpo jovem, malhado, bonito, bem construído tornou-se nas últimas décadas um ideal a ser perseguido por diferentes grupos sociais e entre as diferentes gerações. É comum encontramos adolescentes à procura deste ideal sem terem o corpo preparado para práticas físicas tão penosas. A corpolatria carioca tornou-se uma ideologia que perpassa as fronteiras de classe. No entanto, os corpos dos pobres e os corpos dos ricos possuem traços diacríticos que os tornam facilmente identificáveis para o observador mais atento.

Sabino (2002), estudando um grupo de homens e mulheres denominados marombeiros, afirma que “estes utilizam de drogas (esteróides anabolizantes) que poderiam ser denominadas *drogas masculinizantes*, já que são constituídas, em geral, por hormônios masculinos sintéticos e, portanto, virilizantes (andrógenos), que proporcionam não apenas a aquisição de músculos acima da média, mas também o surgimento de pêlos por todo o corpo, além de engrossar a voz de seus usuários freqüentes”.

Todavia, esse corpo ideal não é conseguido por todos. Sobretudo por aqueles que exercem atividades administrativas que, em sua maioria, ficam restritos aos muros dos batalhões. A diferença entre os corpos dos policiais que ficam nos batalhões e daqueles que exercem atividades de policiamento ostensivo é notória. Existe no imaginário dos policiais que aqueles que exercem as funções administrativas não estão preparados para a “guerra das ruas” que a polícia precisa travar diariamente. Esse corpo idealizado também varia entre as diferentes gerações dentro da polícia.

Dutra (2002) analisando a relação entre moda e masculinidade observa que “masculinidade e corpo são socialmente construídos. Para cada sociedade, um ideal de masculinidade. Para cada sociedade um Corpo. E, por que não dizer, para cada sociedade um ideal de masculinidade e para cada ideal de masculinidade corpo, estabelecendo, assim, algum grau de correlação entre as identidades de gênero e de corpos.

Uma oposição comum que fazem é em relação aos “mais novos” e os “mais velhos”. Se os policiais mais velhos não possuem um corpo do qual possam se orgulhar, pois são lembrados pelo que não têm: vigor físico, força, agilidade, virilidade dos jovens, é comum eles se vangloriarem de terem passado por situações e adquirido uma experiência que muitos jovens não viverão para contar. Ou seja, uma disputa de representações faz parte das relações entre os policiais, onde o que está em jogo é qual é o melhor representante da polícia, se o mais jovem com vigor, agilidade, inexperiência e acima de tudo disposição para combater o crime ou o policial mais velho, sábio, experiente e para o qual a frase “macaco velho não põe a mão em cumbuca” faz muito sentido.

A relação entre os mais velhos e os mais jovens constituem relações de poder entre pares. Os policiais mais velhos acionam a experiência enquanto que os mais novos acionam a virilidade e força como principais atributos. O que os dois grupos fazem, na realidade, é uma disputa de representações sobre qual seria melhor para a polícia? Um policial jovem e inexperiente ou um policial mais velho e experiente, mas sem o vigor físico comum aos jovens.

No universo das representações sociais, dificilmente pensamos em um policial velho e barrigudo enfrentando o crime, todavia, isso não significa que eles não existam. Essas representações podem ser compreendidas através das palavras que utilizamos para nos referirmos aos policiais rotineiramente. Normalmente utilizamos a palavra “armário” para definir aquele policial grande e forte, ou seja, aquele que tem disposição.

Os traficantes quando visualizam a chegada da polícia costumam afirmar “os homi estão chegando”. Nessa trama social da vida os “homi” são os que têm disposição e os soldados do tráfico são os que possuem igualmente a disposição para “trocar tiros”. O campo da violência urbana é um campo com regras próprias que são construídas e reconstruídas em um ambiente masculino.

4. MULHERES POLICIAIS KATE OU BÁRBIE?

As mulheres têm um papel fundamental na construção da masculinidade. Elas possuem a legitimidade para desonrar o homem ou de atestar a virilidade deste. Cabe à mulher “legitimar” a masculinidade de um indivíduo. O homem se constrói simbolicamente por oposição à mulher ou, de outra forma, o masculino se constrói por oposição ao feminino. O homem é diferente da mulher não apenas fenotipicamente, mas também em relação aos papéis que desempenha.

As relações entre os sexos na Polícia Militar estão estruturadas pela “dominação masculina” (BOURDIEU, 2005). Na percepção dos policiais, as mulheres (pfem) não são consideradas iguais e, por isso mesmo, são excluídas, na maioria dos casos, das atividades predominantemente masculinas como, por exemplo, o policiamento ostensivo e o combate ao crime. Segundo alguns entrevistados, a sociedade não está preparada para ver mulheres morrendo em combates com criminosos.

Nesse sentido, quando os policiais impedem que as policiais exerçam plenamente suas funções eles acabam corroborando com a visão social que imputa à mulher a condição de sexo frágil. Muitas policiais reforçam o papel a elas destinado dentro da Polícia Militar. Uma das entrevistadas na pesquisa realizada por Soares & Musumeci (2005:95) revela:

Eu não acho legal mulher subir morro, mulher na frente de combate. Por quê? Não porque mulher não vá conseguir realizar uma boa função. Não é por isso, não. É porque a mulher... a sociedade não está preparada para ver uma mulher morta em combate, entendeu? Se a sociedade estivesse preparada pra ver uma tenente comandando uma operação, levando um tiro no rosto e morrer, tudo bem, a mulher poderia combater com os outros homens. E nisso os homens, na minha opinião, estão em desvantagem, porque um homem morre hoje, um sargento, um tenente, um capitão, o que ele seja, morrer hoje, a sociedade vê como banal. Agora, se colocar uma tenente, pronto, vem tudo abaixo. E a sociedade não está preparada para ver uma mulher morrer em combate. É só observar essa última guerra lá no Iraque,

como tantos soldados se lascaram. Mas quando mostraram lá a militar Fem, pronto, os Estados Unidos veio abaixo: “você vão ter que tirar a dona ileza, vão ter que dar um jeito”, entendeu? (...). Enquanto estavam só rapazes, só homens, tudo é muito bom, é natural da guerra. Mas quando mostrou a figura feminina, até os Estados Unidos veio abaixo e tem que fazer tudo para salvar [aquela mulher] entendeu? (Oficial Patrícia).

A participação das mulheres na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro é pequena se comparada com a atuação dos homens. Apesar de o efetivo ter aumentado significativamente a partir da década de 1980, o percentual de mulheres na corporação não chega a 10%. A mulher dificilmente desempenha a função do patrulhamento ostensivo, executando a maior parte das atividades nos batalhões, normalmente em funções administrativas. São raros os casos de policiais femininas que atuam diretamente em operações de combate à criminalidade, sobretudo nas favelas cariocas.

Muitos policiais consideram as mulheres inferiores aos homens no desempenho das atividades policiais. Para estes, o ato de patrulhar a cidade não deveria ser realizado por mulheres. A noção de que as mulheres são “naturalmente inferiores” para o patrulhamento ostensivo é comum entre os policiais. É comum entre eles a ideia de uma divisão social do trabalho, onde as mulheres devem se restringir às funções domésticas e deixar as funções públicas para os homens. Em relação às diferenças entre os policiais e as policiais um entrevistado³ afirmou que:

É inegável que a função chamada burocrática, a função interna, a mulher desempenha melhor. Elas são organizadas, e infelizmente nas ruas, a Polícia tem que ser truculenta. Ah, a Polícia é bruta. Uma vez eu respondi, eu fui duro, uma queixa que me fizeram. Eu tenho 24 anos de Polícia. Eu entrei na Polícia em 1985, um garotinho de 20 anos. O que aconteceu? Naquela época a gente podia andar no ônibus sem pagar. Eu estava conversando com o motorista ali na frente, papo vem e papo vai, a Polícia Militar... Olha a palavra que o cidadão utilizou: oh! Você me desculpe, mas a Polícia Militar é uma merda. Foi esse o termo que ele utilizou. Oh, eu concordo com o senhor. Você concorda comigo? Concordo. A Polícia é escancarada, a Polícia é isso, a Polícia é aquilo. Eu falei: concordo com o senhor. Agora tem um problema, não tem um norte-americano na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, o mais longe o cara veio do Acre e é brasileiro, não tem um marciano na PMERJ. Sabe quem é o policial militar? O policial militar pode ser o seu filho, é o pai do motorista aqui que é novo igual a mim, pode ser o filho daquela senhora ali, a Polícia Militar saiu de algum lugar: o que o senhor quer dizer com isso? Uma Polícia merda retirada de um povo merda. A Polícia vem

³ Sargento, 24 anos como policial.

de onde? Se a Polícia é rude é porque o povo é rude, se a Polícia é ruim é porque o povo é ruim.

As próprias mulheres assumem o discurso de que não estão aptas a desempenhar as funções de policiamento ostensivo. As policiais que entrevistei desempenhavam funções administrativas. Nos raros casos de mulheres que estão nas atividades ostensivas, além de desempenhar suas funções elas precisam provar o tempo todo que são competentes. Elas são obrigadas a mostrar que são melhores do que os homens, além de lidar com o preconceito destes. Em alguns casos, até suas identidades sexuais são colocadas à prova. Muitas são acusadas de “sapatão”, sobretudo aquelas que desempenham suas funções tão bem quanto os homens. Entre as policiais é comum a frase: “a Polícia não é lugar para Barbie”.

Entre os policiais é comum a ideia de que as mulheres não estão preparadas para o combate ao crime e, na hora do confronto, o que eles mais temem é que elas “colem as placas⁴”. Muitos policiais acreditam que as mulheres não são parceiras confiáveis quando estão em algum tipo de confronto nas ruas. Eles acreditam que além de se defender ainda terão de proteger a companheira, pois esta não tem a mesma rapidez e sagacidade que o homem para sair daquela situação.

Os relatos de policiais que “colam as placas” em determinados momentos é relativamente comum e percebido como algo que “pode acontecer com qualquer um”. Contudo, o temor de que as policiais mulheres “colem as placas” é muito maior do que em relação aos homens. No trabalho de campo, não me recordo de um entrevistado que tenha afirmado se sentir ou que se sentiria confortável em ficar de serviço com uma policial.

No policiamento ostensivo uma das coisas mais valorizadas é a confiança mútua que precisa ser estabelecida. Muitas vezes essa confiança pode tirar o policial de algum “sufoco”. Estar de serviço com um parceiro (a) que não se conhece previamente, e com o qual não se estabeleceu nenhum canal de confiança, é extremamente desconfortável. A necessidade de proteção mútua faz com que os policiais prefiram parceiros homens.

As policiais carregam um estigma do qual não conseguem se livrar. Na visão de muitos policiais, algumas assemelham-se a prostitutas ou aquelas que “perdem para os oficiais”. “Perder para os oficiais” significa “dar” para os oficiais. De acordo com alguns entrevistados, as policiais fazem isso em troca de possíveis favores que receberão dentro dos batalhões. Estes “favores” podem variar desde uma facilidade maior nas atividades comuns da rotina policial até uma promoção.

⁴ Entre os policiais, esse termo é uma analogia às baterias de automóveis que, quando colam as placas, param de funcionar. Deste modo, “colar as placas” é ficar imóvel, deixar de agir, paralisar.

Outros policiais afirmam que as mulheres policiais são escolhidas a dedo pelos oficiais. O oficial de maior patente escolhe a mais “bonita” e “gostosa” e que é objeto de desejo entre os homens da unidade. Assim, o oficial revela que além de ser superior hierarquicamente aos praças também é superior como homem. Eis aí mais uma faceta do “jogo das masculinidades”.

Alvito (2001:145) já havia observado a importância das mulheres como símbolos de poder. Em relação aos líderes comunitários da favela de Acari o autor afirma:

À semelhança dos traficantes, os líderes comunitários são reprodutores, vêem-se como machos viris e férteis. São chefes, e a posse de mulheres (em sentido amplo) sempre foi um dos símbolos mais caros ao poder. Qual a necessidade de “transar” durante uma festa coletiva? Ao fazer questão de lembrar daquele episódio, o referido presidente deixou claro que se orgulhava mais da “publicidade” do que do ato em si. Fora quase uma cúpula ritual, uma exibição dos atributos de um chefe, afirmação explícita da hierarquia, parte do teatro do poder.

O teatro do poder do qual fala Alvito (2001) também se apresenta entre os policiais. Dentre os policiais que estudei na dissertação de mestrado, um se destacou porque fez questão de relatar sua “aventura sexual” com uma mulher que, segundo ele, era assassina na região em que ele trabalhava. Ela cometeu um roubo e o policial, para não prendê-la, levou-a para o quarto de um motel. Segundo ele, essa mulher vivia “tirando onda” com todo mundo dizem que “não dava para policial”, mas com ele foi diferente. O policial em nenhum momento achou que sua conduta estava errada. Parecia-lhe melhor para ela trocar a prisão por favores sexuais e, nesse caso, os dois sairiam ganhando.

A noção da mulher como “sexo frágil” está presente nos discursos dos pesquisados. Nenhum dos pesquisados disse que preferia estar com policiais do sexo feminino em situações de perigo. Poucas mulheres são lembradas quando o quesito é a disposição. O que ocorre é uma disputa dos policiais para “comer” as policiais. Um policial relatou que quando um grupo de mulheres entrou no batalhão lotado, elas pareciam “ovelhinhas” no meio de um “monte de lobos maus”. Para ele, elas ficavam perdidas e não sabiam muito bem qual atitude tomar diante daquela situação. Com o passar do tempo, segundo ele, elas começaram a “fazer joguinho” para “ficar” com um policial.

Apesar de a Polícia Militar ser uma instituição bicentenária, a entrada das mulheres como policiais tem pouco mais de trinta anos. Soares & Musumeci (2005:18) analisam os interesses que estavam por trás da entrada das mulheres nas PMs do Brasil a partir da década de 1980.

A entrada das mulheres na Polícia Militar não correspondeu à necessidade de preencher lacunas deixadas por guerras no efetivo masculino, como aconteceu em outros países. A entrada das mulheres também não foi motivada por amplas reformas institucionais para enfrentar problemas como: corrupção, violência, deterioração da imagem e perda da credibilidade policiais. Nesse sentido, elas se questionam sobre os reais motivos que levaram a entrada das mulheres no efetivo das PMs no Brasil. Uma primeira explicação bastante plausível foi a intenção de substituir os homens nas tarefas consideradas “leves” que absorve grande parte do contingente masculino nas tarefas cotidianas de policiamento ostensivo e uma segunda explicação igualmente interessante reside no fato de as mulheres terem sido absorvidas para enxertar uma amostra de novidade na velha instituição, visando a áreas particularmente sensíveis para a imagem social da PM. A missão das mulheres policiais seria, assim, funcionar como uma espécie de cartão de visita, como elemento de marketing, e sua incorporação visaria a uma reforma cosmética, que, sem alterar paradigmas, sinalizasse mudanças e modernização. São bastante significativos, aliás, alguns dos espaços originalmente escolhidos para a “missão” das policiais femininas: portos, aeroportos, rodoviárias, locais turísticos – espaços de alta visibilidade, de entrada e saída, de contatos contínuos e de forte valor simbólico.

Essa é a imagem que vigora entre os policiais masculinos. Para eles, as mulheres só desempenham funções consideradas “leves”. Por um lado, eles consideram isso positivo, porque eles não têm que tomar conta da mulher dos outros no policiamento ostensivo.

Lima (2002:27) questiona a concepção de que as mulheres atuam predominantemente nos serviços burocráticos. A autora divide as policiais em três classes: as “Penélopes charmosas”, as “Kate Mahone” (personagem de um seriado de TV. Kate era uma policial forte e destemida, que enfrentava assaltantes perigosos, às vezes com um revólver calibre 22) e “as normais”. Segundo a autora:

As primeiras investem no discurso do sexo frágil e se aproveitam disto. Naquele tempo, discutir tensão pré-menstrual e cólicas não era comum. E havia as lágrimas, em profusão, que desconcertam o mais severo superior. Outra coisa fulminante, e usada com perícia, é o olhar, misto de poder e sedução. É certeiro para os pedidos de troca de serviço, saída mais cedo, ou por não ter sido encontrada em seu posto.

Lima (2002:28) revela ainda que as “Kate Mahone” esmeram-se na atuação operacional. As policiais que estão nas atividades operacionais estão por opção. Gostam do que fazem e o fazem bem. Por fim, as policiais “normais”, que se engajam no papel, extraindo dele

o que lhes interessa. Algumas até se destacam positivamente, mas não se envolvem com a corporação.

Analisando melhor, percebo que as classes policiais não estão associadas à questão de gênero. Temos policiais masculinos “pano fino”, aqueles que só vestem a farda de tergal usada nas repartições administrativas. Temos os “faca na boca”, que simbolizam “Rambo”, personagem controverso de filmes e responsável por resgatar presos americanos no Vietnã. E os “Nicolas Marshall”, personagem de um seriado de TV: onde a história do Juiz Marshall era narrada no início de cada capítulo da série, onde ele falava com a voz grave: - “eu era policial nas ruas e acreditava no sistema. Tornei-me promotor e continuava acreditando no sistema. Hoje, sou juiz e faço justiça com as próprias mãos”.

Do exposto acima podemos retirar duas conclusões. A primeira é que a visão que os policiais têm das policiais normalmente inclui a ideia de que elas se utilizam do “jeitinho” para “se darem bem”, de que elas se utilizam de todas as possibilidades para transitarem dentro da estrutura policial. A sedução aparece como uma arma eficiente no trato com os homens, sobretudo com aqueles que se encontram nas posições elevadas da estrutura policial. A segunda conclusão é que, apesar de existirem policiais que utilizam artifícios para “se dar bem”, há aquelas que gostam do serviço operacional e as que executam suas funções, mas não se envolvem completamente com a vida policial dando preferência a outros papéis, como por exemplo, o de mãe.

Parece claro que, tanto em relação à corrupção quanto aos riscos comuns da profissão de Polícia, as PMs que são mães sentem-se especialmente fragilizadas e ameaçadas. O nascimento das crianças é relatado sempre como momento marcante, a partir da qual muitas começam a se encaminhar para serviços internos, pois sabem da importância de sua presença dentro da casa e temem, mais do que quando não tinham filhos, o acontecimento de alguma adversidade, como a morte, a hospitalização ou a prisão, caso sofram alguma violência ou cometam algum desvio. Evitar envolvimento ilícitos faria parte, assim, de uma estratégia de minimização de riscos, a mesma que levaria as mulheres, sobretudo as mães, a evitar os perigos do trabalho “operacional”. (SOARES & MUSUMECI, 2005, p. 71)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, C.F.L. & MACHADO, E.P. **O currículo da selva: ensino, militarismo e ethos guerreiro nas academias brasileiras de polícia.** *Revista de las disciplinas del Control Social I.* Capítulo Criminológico, v.29, n.4, p.5-33, 2001.

ALVITO, M. **As cores de Acari: uma favela carioca.** Editora FGV. Rio de Janeiro. 2001

CANO, I. **Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro.** ISER. Rio de Janeiro, 1997

CECCHETTO, F.R. **As galeras funk cariocas: entre o lúdico e o violento.** In: Galeras Cariocas: territórios, conflitos e encontros culturais. Hermano Vianna (org). Editora UFRJ. Rio de Janeiro, 1997

_____. **Violência e estilos de masculinidade.** Editora FGV. Rio de Janeiro, 2004

CONNEL, R.W. **Políticas de masculinidade.** *Educação & Realidade*, v 20, n 2. Porto Alegre, julho – dezembro de 1995a. pp 185-206

_____. **Masculinities.** Berkley: University Of California Press, 1995b

DUTRA, J. L. **“Onde você comprou essa roupa tem para homem?”: A construção de masculinidades nos mercados alternativos de moda.** In: Goldenberg, M. (org) *Nu & Vestido.* Dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro: Record, 2002

KANT DE LIMA, R. **A Polícia na Cidade do Rio de Janeiro.** Ed. FORENSE. Rio de Janeiro, 1995.

LIMA, M. A. **A major da PM que tirou a farda.** Rio de Janeiro. Qualitymark Ed. Rio de Janeiro, 2002

MALYSSE, S. **Em busca dos (H) alteres-ego: Olhares franceses nos bastidores da corpolatria carioca.** In: Goldenberg, M. (org) *Nu & Vestido.* Dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro: Record, 2002

MUNIZ, J. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999

NOLASCO, S. A. **O mito da masculinidade.** Rio de Janeiro. Rocco. 1993.

_____. **Um “Homem de Verdade”.** In: *Homens.* In: Caldas, D. (org). Editora Senac. São Paulo, 1997

KIMMEL, M. S. **A Produção Simultânea das Masculinidades Hegemônicas e Subalternas.** *Revista Horizontes Antropológicos.* Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 360. Outubro de 1998

SOARES, B. M & MUSUMECI, L. **Mulheres policiais: a presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro.** Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2005

WELZER-LANG, D. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia.** *Revista de Estudos Feministas.* Vol. 9. nº 2. Florianópolis. pp 460-482, 2001